

Plano Juventude Viva: contradições de uma agenda progressista

Nabi Santos
Lais Santana

A combinação entre as formulações das arenas de participação social da juventude e a ocupação de pontos de acesso por quadros dos movimentos de juventudes, garantiu que o Governo Federal, na gestão Dilma Rousseff, abordasse o problema da alta taxa de homicídios entre os jovens negros através do Plano Juventude Viva (PJV), política voltada a redução das vulnerabilidades por meio da ampliação do acesso a direitos sociais entre os anos de 2011 a 2014.

Ao ampliar o acesso de jovens negros do sexo masculino, com idades entre 15 e 29 anos, aos programas federais existentes, o plano buscava fomentar trajetórias de inclusão e autonomia, visando a criação de oportunidades e o reconhecimento da importância social da juventude na desconstrução da cultura de violência e no enfrentamento ao racismo institucional. Dessa forma, o Juventude Viva tinha por finalidade impulsionar a transformação de territórios marcados pela violência letal por meio da ampliação e da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência para 142 municípios previamente selecionados, que congregavam, segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde a época, 70% dos homicídios contra a juventude negra brasileira.

Ocorre que, a implementação da política esbarrou em entraves e impasses em torno da percepção dos homicídios de jovens negros como não problema; do racismo institucional; da intersetorialidade e das relações federativas, razão pela qual o presente artigo tem como objetivo analisar o arranjo institucional do PJV, elemento central para a compreensão dos processos de formulação, implementação e da governança das políticas públicas — mecânica que articula atores, recursos e instrumentos intersetoriais e interfederativos. A análise se debruçou em dimensões que ultrapassam o formalismo do arranjo, centrado em nuances técnico-administrativas, para observar a capacidade político-relacional, determinante na condução do plano Juventude Viva.

A metodologia empregou a triangulação entre documentos oficiais (BRASIL, 2014, 2018), literatura de análise de políticas públicas e entrevistas semiestruturadas com Severine Macedo, que ocupou o cargo de Secretária Nacional de Juventude entre 2011 e 2014, e com Ângela Cristina Guimarães, que no mesmo período, foi Secretária Nacional Adjunta de

Juventude. A pesquisa de documentos oficiais se concentrou nas elaborações da Secretaria Nacional de Juventude, tais como, guias de implementação e balanços do Plano de Juventude Viva. Já a bibliografia selecionada, engloba discussões sobre arranjo institucional (LOTTA, G.; Galvão, M.; FAVARETO, 2016); intersetorialidade (BICHIR, R.; CANATO, P., 2019); capacidades estatais (GOMIDE, A.; PIRES, P.; 2014); governança (GOMIDE e MACHADO, 2017) (CAVALCANTE, P.; PIRES, P.; 2018); agenda-setting (CAPELLA; 2016) e racismo institucional (CRI; 2006). O roteiro das entrevistas caminhou pelas hipóteses presentes na bibliografia, considerando o conteúdo dos documentos oficiais e aspectos próprios da política.

Como a intersetorialidade do PJV é constituída pela participação de onze ministérios e pela integração das redes públicas locais de estados e municípios, onde as políticas são implementadas, a coordenação federativa e intersetorial exigiu grandes esforços, já que o pressuposto de uma colaboração automática não comporta a realidade conflituosa e os múltiplos interesses divergentes que compõem a gestão pública. Apesar de se tratar de uma política que envolve diretamente os governos estaduais e municipais, o recorte investigativo orbita o nível federal - priorizando as etapas de formulação e implementação do PJV, em vista da concentração do processo decisório no governo central.

Dessa forma, a análise dispõe de dois objetivos específicos, os quais: discutir o modo que a capacidade político-relacional foi mobilizada no bojo do arranjo de coordenação e de implementação; e investigar as abordagens adotadas para convencimento junto aos atores e órgãos, tanto na esplanada dos ministérios, quanto nos entes subnacionais. Esses desígnios de análise, convergem para o debate sobre a legitimidade da solução proposta para o (não) problema das mortes de jovens negros, seja por resistência da burocracia em assimilar o recorte racial como mecanismo para inclusão nas políticas públicas, seja pela distância entre a solução proposta e o problema complexo.

A conclusão projetada até o momento aponta que o funcionamento da governança — que apostou na centralidade da participação social como elemento chave — operou, na verdade, como estratégia para extrapolar os desafios e entraves em torno do racismo institucional, da intersetorialidade e, sobremaneira, da morte de jovens negros como não problema.

BIBLIOGRAFIA

BICHIR, Renata Mirandola et al. A primeira infância na cidade de São Paulo: o caso da implementação da São Paulo Carinhosa no Glicério. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v.24, n. 77, 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Plano Juventude Viva Guia de Implementação para Estados e Municípios. Brasília, 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Plano Juventude Viva: um levantamento histórico / Secretária Nacional de Juventude. - Brasília: SNJ, 2018.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Agenda-setting policy: strategies and agenda denial mechanisms. *Organizações & Sociedade*, v. 23, n. 79, p. 675-691, 2016.

CRI. Articulação Para o Combate ao Racismo Institucional. Identificação e Abordagem do Racismo Institucional. Brasília: CRI, 2006.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; PIRES, Roberto Rocha Coelho. Governança pública: das prescrições formais à construção de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. 2018.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (orgs.). Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014. (CAPÍTULO 1)

GOMIDE, A.; Pereira, A.; MACHADO, R. O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. *Abertura do Dossiê Capacidades Estatais para políticas públicas. Sociedade e Cultura, Goiânia*, v. 20, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2017.

LOTTA, G.; Galvão, M.; FAVARETO, A. Análise do Programa Mais Médicos à luz dos arranjos institucionais: intersectorialidade, relações federativas, participação social e territorialidade. *Ciência & Saúde Coletiva vol.21 no.9 Rio de Janeiro set. 2016.*